



FORÇA EÓLICA DO BRASIL I.S.A.

CNPJ nº 18.064.652/0001-55 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

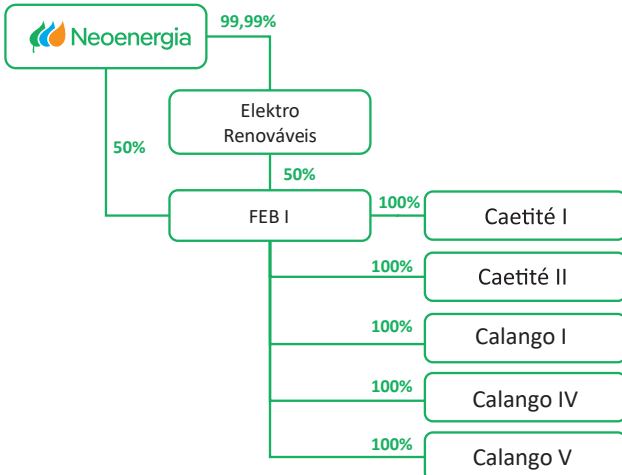
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,
Ao apresentar os resultados de 2023, a Força Eólica do Brasil I.S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2024, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. FORÇA EÓLICA DO BRASIL I

Força Eólica do Brasil I.S.A. (FEB I) atua no segmento de geração de energia eólica, e é controladora direta de 5 Parques Eólicos: Calango 1, Calango 4, Calango 5, Caetité 1 e Caetité 2. Os 5 Parques Eólicos foram adquiridos no 2º Leilão de Fontes Alternativas promovido em 26 de agosto de 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Os Parques Eólicos controlados pela FEB I têm capacidade total instalada de 150MW, um total de 68,8MW médios comercializados e estão localizados na Região Nordeste, sendo Calango 1, Calango 4, Calango 5 situados no Rio Grande do Norte (RN) e Caetité 1 e Caetité 2, na Bahia (BA).

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	3	132.341	125.997	-
Custos dos serviços		(56.374)	(49.937)	(7)
Custos com energia elétrica	4	(12.900)	(10.254)	-
Custos de operação	5	(43.474)	(39.683)	(7)
Lucro bruto	9.1	75.967	76.060	-
Perda de crédito esperadas		(4)	(1)	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(1.283)	(3.914)	(1.495)
Equivalência patrimonial	11	-	66.822	62.824
Lucro operacional	6	74.680	72.145	65.327
Resultado financeiro	6	4.529	2.878	1.612
Receitas financeiras		23.134	23.694	1.503
Despesas financeiras		(18.807)	(21.027)	(1)
Outros resultados financeiros, líquidos		202	211	110
Lucro antes dos tributos	7	79.209	75.023	66.939
Tributos sobre o lucro	7	(12.225)	(12.948)	45
Corrente		(12.225)	(12.948)	45
Lucro líquido do exercício	6.698	62.075	66.984	62.075

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	66.984	62.075	66.984	62.075

Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos

Resultado abrangente do exercício 66.984 62.075 66.984 62.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2022	269.976	22.698	16.981	2.351
Resultado abrangente do exercício:				
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Transações com os sócios:				
Remuneração aos acionistas (nota 16.2)	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:				
Remuneração aos acionistas (nota 16.2)	-	3.349	9.395	38.287
Constituição de reservas de lucros (nota 16.3)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	269.976	26.047	26.376	40.638
Saldo em 31 de dezembro de 2021	269.976	19.594	4.708	2.351
Resultado abrangente do exercício:				
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Transações com os sócios:				
Remuneração aos acionistas (nota 16.2)	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:				
Remuneração aos acionistas (nota 16.2)	-	-	-	-
Constituição de reservas de lucros (nota 16.3)	-	3.104	12.273	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	269.976	22.698	16.981	2.351

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Força Eólica do Brasil I.S.A. (FEB I) atua no segmento de geração de energia eólica, e é controladora direta de 5 Parques Eólicos: Calango 1, Calango 4, Calango 5, Caetité 1 e Caetité 2. Os 5 Parques Eólicos foram adquiridos no 2º Leilão de Fontes Alternativas promovido em 26 de agosto de 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Em 2011, os 5 Parques assinaram seus contratos comerciais de venda de energia. Caetité 1, que comercializa sua energia no mercado de ambiente livre, assinou com a NC Energia o Contrato de Compra e Venda (CCVE) de Energia Elétrica e os demais Parques Eólicos assinaram seus respectivos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) com 14 Distribuidoras de Energia Elétrica. No ano de 2013, os Parques tiveram suas obras concluídas, e os empreendimentos Caetité 1, Caetité 2, Calango 1, Calango 4 e Calango 5 receberam o estado de "Aptos a Operação Comercial", aguardando conexão. Em 2014, os parques Caetité 1 e Caetité 2 entraram em operação comercial, enquanto os parques Calango 1, Calango 4 e Calango 5, continuaram "Aptos a Operação Comercial", aguardando a disponibilização da transmissão. No final do ano de 2015, a subestação Lagoa Nova II da CHESF teve suas obras encerradas e, então, no dia 31 de dezembro de 2015 foi emitido o despacho ANEEL de operação em teste (nº 4.164) para as usinas de Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5, condicionando a entrada em operação comercial destas em até 30 dias após a sua publicação. Em sequência, em 30 de janeiro de 2016, os parques Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5 receberam os despachos de operação comercial. As informações sobre os empreendimentos da Companhia são os seguintes:

Parque Eólico	Localidade, estado	Data de Autorização	Data de Vencimento	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Calango 1	Lagoa Nova - RN	28/04/2011	28/04/2046	30,0	13,9
Calango 4	Lagoa Nova - RN	19/05/2011	19/05/2046	30,0	13,5
Calango 5	Lagoa Nova - RN	02/06/2011	02/06/2046	30,0	13,7
Caetité 1	Caetité - BA	29/10/2012	29/10/2042	30,0	13,0
Caetité 2	Caetité - BA	07/02/2011	07/02/2046	30,0	14,7

A Companhia vem apresentando constantemente fluxos de caixa positivos gerados por suas atividades operacionais, entretanto em 31 de dezembro de 2023 apresentou capital circulante líquido ("CCL") consolidado negativo de R\$ 23.495 (R\$ 29.983 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia prevê que continuará a gerar fluxos de caixa operacionais suficientes para equalizar o CCL consolidado negativo a médio prazo. Caso necessário, os acionistas se comprometem a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações. **1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. **1.1.1 Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organiza-

cional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e • Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Em 2011, os 5 Parques assinaram seus contratos comerciais de venda de energia. Caetité 1, que comercializa sua energia no mercado de ambiente livre, assinou com a NC Energia o Contrato de Compra e Venda (CCVE) de Energia Elétrica e os demais Parques Eólicos assinaram seus respectivos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) com 14 Distribuidoras de Energia Elétrica. No ano de 2013, os Parques tiveram suas obras concluídas, e os empreendimentos Caetité 1, Caetité 2, Calango 1, Calango 4 e Calango 5 receberam o estado de "Aptos a Operação Comercial", aguardando conexão. Em 2014, os parques Caetité 1 e Caetité 2 entraram em operação comercial, enquanto os parques Calango 1, Calango 4 e Calango 5, continuaram "Aptos a Operação Comercial", aguardando disponibilização da transmissão. No final do ano de 2015, a subestação Lagoa Nova II da CHESF teve suas obras encerradas e, então, no dia 31 de dezembro de 2015 foi emitido o despacho ANEEL de operação em teste (nº 4.164) para as usinas de Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5, condicionando a entrada em operação comercial destas em até 30 dias após a sua publicação. Em sequência, em 30 de janeiro de 2016, os parques Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5 receberam os despachos de operação comercial.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2023	2022	Variação %
Receita Operacional Bruta	-	10	(100,00)
Receita Operacional Líquida	-	9	(100,00)
Margem Operacional Líquida	-	2	(100,00)
EBITDA	65.327	61.184	6,8
Resultado Financeiro	1.612	1.030	56,50
Lucro Líquido	66.984	62.075	7,91
Margem Operacional (%)	N/A	22,22%	N/A
Margem EBITDA (%)	N/A	67,9822,22%	N/A
Margem Líquida (%)	N/A	68,9722,22%	N/A

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽¹⁾	dez/23	dez/22	Variação %
Ativo Total	389.244	360.183	8,07
Dívida Bruta	-	-	-
Dívida Líquida ⁽²⁾	N/A	N/A	-
Patrimônio Líquido	363.037	343.961	5,55

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽³⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais	66.984	62.075	66.984	62.075
Lucro líquido do exercício				
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	21.507	21.103	-	-
Baixa de ativos não circulantes	199	-	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	(66.822)	(62.824)
Tributos sobre o lucro	12.225	12.948	(45)	139
Resultado financeiro, líquido	(4.529)	(2.878)	(1.612)	(1.030)
Outros	-	65	-	-
Aterroços no capital de giro:				
Contas a receber de clientes e outros	(8.483)	(119)	-	43
Fornecedores e contas pagar	6.322	(82)	2.750	(74)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(4.790)	(5.561)	(741)	(285)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	13.391	16.155	-	-
Outros ativos e passivos, líquidos	(21.429)	(20.093)	(1.640)	99
Caixa líquidos proveniente das operações	81.397	83.613	(1.126)	(1.187)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	-	-	56.698	98.195
Encargos de dívidas pagas	(13.891)	(15.734)	-	-
Rendimento de aplicação financeira	23.065	23.609	1.577	823
Pagamento de juros - Arrendamentos	(2.102)	(1.910)	-	-
Tributos sobre o lucro pagos	(8.151)	(7.756)	(45)	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	80.318	81.822	57.104	97.161
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(19.470)	(3.778)	(9.155)	-
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(49.859)	(52.140)	-	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	61.669	102.270	-	-
Caixa (consumido) gerado nas atividades de investimentos	(7.660)	46.352	(9.155)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(26.728)	(26.448)	-	-
Depósitos em garantias	568	(78)	-	-
Pagamento de principal - Arrendamentos	(346)	(184)	-	-
Remuneração paga aos acionistas	(40.698)	(98.172)	(40.698)	(98.172)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(67.204)	(124.882)	(40.698)	(98.172)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	5.454	3.292	7.251	(1.011)
Caixa e equivalentes no início do exercício	39.667	36.375	6.697	7.708
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	45.121	39.667	13.948	6.697
Transações que não envolveram caixa:				
Provisão para desmantelamento	593	593	-	-
Provisão ambiental	1.317	1.317	-	-
Fornecedores e contas a pagar (investimento)	3.929	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2023	2022	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido (A)	66.984	62.075	4.909	7,91
Receitas financeiras (B)	1.503	784	719	91,71
Despesas Financeiras (C)	(1)	(3)	2	(66,67)
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	110	249	(139)	(55,82)
Imposto de renda (E)	45	(139)	184	(132,37)
Depreciação (F)	-	-	-	-
EBITDA = (A+B+C+D+E+F)	65.327	61.184	4.143	6,77

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

A Companhia não possui compromissos de dívida com terceiros ou capital de giro a financiar.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 (sessenta) meses. Em 2023, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 12.444,00 referentes à auditoria das demonstrações financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Força Eólica do Brasil I.S.A. ("FEB I"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da FEB I e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da FEB I. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da FEB I sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daquelas aqui discutidas e antecipadas, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	45.121	39.667	13.948	6.697
Contas a receber de clientes e outros	9	22.			



financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. Na preparação dessas demonstrações financeiras, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a Companhia e suas controladas diretas e indiretas são eliminadas integralmente. A participação da Companhia nos resultados dos investimentos em coligadas estão incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data em que influência significativa começa, até a data em que cessa influência ou controle significativo. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 08 de março de 2024. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.2	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.2	Tributos sobre o lucro
9.2	Perda de Créditos Esperada (PCE)
12.1	Imobilizado
15.1	Provisões

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional e financeiro são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência em 2023:** Em 2023, não houve nenhuma alteração e/ou adoção de novas normas e interpretações que trouxessem impactos relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia. **b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas do passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade de não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.
IFRS 16/ CPC 6 (R2). Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento ("Sale and Leaseback") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado ("Reverse factoring") que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirá que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2023	2022
Fornecimento de energia	144.459	140.339
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	2.153	1.308
Outras receitas	845	(17)
Receita operacional bruta	147.457	141.630
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(15.116)	(15.633)
Receita operacional líquida	132.341	125.997

3.1 Deduções de receita bruta

	Consolidado	
	2023	2022
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(8.908)	(9.805)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(5.638)	(5.316)
Total	(14.546)	(15.121)

Encargos setoriais

Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica - TSFEE	(570)	(512)
Total	(570)	(512)

3.2 Política contábil e julgamento críticos: a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR"), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"). b) Estimativas e julgamento crítico: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição do Parque Eólico extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE no centro de gravidade, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD divulgado pela CCEE. Para os meses ainda não realizados, utiliza-se previsão de medição do Parque Eólico, perda interna com base no histórico, perda da rede física, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época e valor do PLD (previsto).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	2023	2022
Compra para revenda		
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Livre - ACL	(2.162)	(1.332)
Energia curto prazo - PLD ¹⁾	(1.579)	(820)
Outros	(51)	(52)
Total	(3.792)	(2.204)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão	(8.265)	(7.339)
Encargos de rede básica	(843)	(771)
Encargos de conexão	(9.108)	(8.050)
Total	(12.900)	(10.254)

¹⁾ PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		2022	
	2023	2022	2023	2022
Outras receitas/despesas				
Custos de operação gerais e administrativas	(1.571)	(1.103)	(2.674)	(1.516)
Custos de operação gerais e administrativas	(18.665)	(2.031)	(20.696)	(15.604)
Depreciação e amortização	(21.505)	(2)	(21.507)	(21.103)
Provisão para processos judiciais ¹⁾	-	1.454	-	-
Outras receitas e despesas, líquidas	(1.733)	399	(1.334)	(1.460)
Total	(43.474)	(1.283)	(44.757)	(39.683)

¹⁾ Baixa de provisão de contingência tributária conforme descrito na nota 15.1.

5.1. Serviços de terceiros:

	Consolidado	
	2023	2022
Serviços técnicos e manutenções	(16.218)	(13.485)
Serviços jurídicos	(398)	1
Consultoria e auditoria	(270)	(139)
Vigilância	(1.159)	(1.086)
Outros serviços	(2.451)	(2.589)
Total	(20.696)	(17.298)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	23.065	23.609	1.577	823
(-) Tributos sobre receita financeira	(74)	(39)	(74)	(39)
Outras receitas financeiras	143	124	-	-
Total	23.134	23.694	1.503	784
Despesas Financeiras				
Encargos sobre instrumentos de dívida ¹⁾	(15.592)	(17.182)	-	-
Outras despesas financeiras	(3.215)	(3.845)	(1)	(3)
Total	(18.807)	(21.027)	(1)	(3)
Outros resultados financeiros, líquidos				
Outras variações monetárias, líquidas	202	211	110	249
Total	202	211	110	249
Resultado financeiro líquido	4.529	2.878	1.612	1.030

¹⁾ Inclui a parcela variável dos juros relacionada a indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (TJLP) e amortização de custo de captação.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS

7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	79.207	75.023	66.759	62.214
Tributos sobre o lucro à alíquotas da legislação - 34%	(26.931)	(25.508)	(22.759)	(21.153)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:				
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	101	-	101	-
Resultado de participações societárias	-	-	22.719	21.360
Diferença de presunção de base do lucro presumido	14.623	12.906	-	-
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	20	(49)	20	(49)
Outros adições (reversões) permanentes	(38)	(297)	(36)	(297)
Tributos sobre o lucro	(12.225)	(12.948)	45	(139)
Alíquota efetiva	15.43%	17.26%	(0,07)%	0,22%

7.1.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exigível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. b) Estimativas e julgamentos críticos: Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	8.587	10.937	1.122	29
Certificado de depósito bancário (CDB)	1.752	-	1.752	-
Fundos de investimento	34.782	28.730	11.074	6.668
Total	45.121	39.667	13.948	6.697

As carteiras de instrumentos financeiros classificadas como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2023 é de 100,49% (99,40% em 31 de dezembro de 2022) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Carteira Fundos exclusivos				
Operações compromissadas	34.782	28.730	11.074	6.668
Total	34.782	28.730	11.074	6.668

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, existindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Consolidado	
	2023	2022
Fornecimento de energia	21.439	(12)
Comercialização de energia na CCEE	1.246	-
Total	22.685	(12)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
A vencer	16.268	(10)
Saldos vencidos:	5.171	(2)
90 dias	5.171	(2)
Total	21.439	(12)

9.1 Variação das perdas de créditos esperadas - PCE

	Consolidado	
	2023	2022
Perda de créditos esperadas	(12)	(8)
Rece-bível esperadas	(12)	(8)
Total	(12)	(8)

9.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custos amortizado (veja nota 18.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas. b) Estimativas e julgamento críticos: A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras. Os parques eólicos não possuem histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A movimentação dos títulos e valores mobiliários é como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	122.793	153.869
Aplicação	49.859	62.140
Resgate	(61.669)	(102.270)
Rendimentos	17.319	19.054
Saldo final	128.302	122.793

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações em cotas de fundos de investimento, cujo montante total representa fundos de reserva que são exigidos pelo BNDES através dos contratos de financiamento, que se destinam ao pagamento de dividendos e de gastos de operação e manutenção (O&M). Os fundos de investimento possuem inúmeros títulos em suas carteiras, com vencimentos variados e adquiridos em conformidade com os respectivos regulamentos. Apresentam uma remuneração máxima equivalente a 96,04% em 31 de dezembro de 2023 (99,52% em 31 de dezembro de 2022) do CDI e liquidez diária.

11. INVESTIMENTOS

As variações dos investimentos em controladas são as seguintes:

	Controladora	
	2023	2022
Saldo inicial do exercício	336.484	333.601
Participações societárias no resultado	49.859	62.140
Dividendos declarados	(57.648)	(59.241)
Saldo final do exercício	345.695	346.500

Apresentamos a seguir a movimentação dos dividendos a receber:

	Controladora	
	2023	2022
Saldo inicial do exercício	14.920	53.174
Declarados ¹⁾	57.648	59.241
Recebidos	(56.698)	(59.241)
Saldo final do exercício	15.870	14.920

¹⁾ Dividendos e JCP líquidos do IRRF.

A seguir apresentamos informações sobre as controladas:

	Data-base	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício		
Controladas	Participação	Resultado	Circulante	Não circulante	Circulante		
CALANGO 1	100%	2023 13.775	115.937	21.431	44.000	64.281	15.801
CALANGO 4	100%	2022 12.535	115.495	22.328	46.400	59.302	10.627
CALANGO 5	100%	2023 9.429	98.056	12.459	42.515	52.511	13.627
CAETITÊ 1	100%	2023 8.458	98.435	13.655	43.224	50.014	11.871
CAETITÊ 2	100%	2023 17.188	105.395	23.389	44.214	54.950	12.152
	100%	2022 15.379	103.258	20.350	44.410	53.877	12.320
	100%	2023 7.031	123.936	16.484	34.294	80.189	10.201
	100%	2022 6.400	124.820	18.211	33.621	79.388	10.492
	100%	2023 7.259	124.646	11.426	26.782	93.727	15.041
	100%	2022 6.129	128.902				



15.2 Desmantelamento: Os cálculos são efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos Calango 1, Calango 4, Calango 5, Caetité 1 e Caetité 2 conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados, que levam em consideração o custo base de restauração e desmobilização das áreas exploradas. A provisão para desmantelamento da Companhia está registrada em contrapartida ao Imobilizado. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque eólico. A provisão foi calculada utilizando uma taxa de desconto de 10,55% e uma inflação projetada equivalente a 3,50%. **15.3 Provisão de Ressarcimento:** A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas prováveis pela energia contratual não entregue no exercício social corrente. Esta provisão é constituída considerando os valores estimados apurados pelos especialistas baseados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. As provisões são temporariamente ajustadas de acordo com as novas estimativas apuradas. A realização ocorre no primeiro ano subsequente ao quadriênio, amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's) da Companhia.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital social: O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é de R\$ 269.976, composta por 269.975.810 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cuja composição por acionistas é a seguinte:

	Consolidado	
	ON	ON %
Neoenergia S.A.	134.987.905	50,00%
Elektro Renováveis S.A.	134.987.905	50,00%
Total de ações em circulação	269.975.810	100,0%

16.2 Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	66.984	62.075
Reserva legal	(3.349)	(3.104)
Lucro líquido ajustado	63.635	58.971
Reserva para investimentos	(9.395)	(12.273)
Reserva especial de dividendos não distribuídos	(38.287)	-
Lucro líquido a distribuir	15.953	46.698
Remuneração	-	-
Mínima obrigatória	15.953	14.743
Dividendos adicionais propostos	-	31.955
	15.953	46.698
Natureza da remuneração		
Dividendos	15.656	46.698
JCP	297	-
	15.953	46.698

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as seguintes declarações de dividendos:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	ON
2023			
AGOE de 28 de abril de 2023	Dividendos mínimos	14.743	0,054608557
	Dividendo adicional proposto	31.955	0,1183623730
AGOE de 28 de abril de 2023	JCP	297	0,00100097
		46.995	
2022			
AGOE de 29 de abril de 2022	Dividendos mínimos	15.863	0,058757074
	Dividendo adicional proposto	45.237	0,167559338
AGOE de 29 de abril de 2022		61.100	

A movimentação dos saldos de dividendos a pagar é como segue:

	2023	2022
Saldos no início do exercício	14.743	52.936
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Dividendos declarados	47.612	59.979
Juros sobre capital próprio declarados	297	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(45)	-
Dividendos pagos no exercício	(40.698)	(98.172)
Saldos no final do exercício	21.909	14.743

16.3 Reservas de lucros: **16.3.1 Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **16.3.2 Reserva de retenção de lucros:** Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. **16.3.3 Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da Companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/76. **16.4 Política contábil:** O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também, aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) contratos de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados abaixo: **17.1 Saldo em aberto com partes relacionadas:**

	Consolidado					
	2023			2022		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Ativo						
Contas a receber e outros (a) / (b) / (c)	5.727	-	5.727	2.495	-	2.495
Outros ativos	-	-	-	49	-	49
	5.727	-	5.727	2.544	-	2.544
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (a) / (b)	1.221	1.114	2.335	619	1.111	1.730
Dividendos a pagar (d)	-	21.909	21.909	-	14.743	14.743
Outros passivos (c)	8.201	-	8.201	11.949	-	11.949
	9.422	23.023	32.445	12.568	15.854	28.422

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Força Eólica do Brasil I S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Força Eólica do Brasil I S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Força Eólica do Brasil I S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pela "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeri-

	Controladora					
	2023			2022		
	Controlada	Acionista	Total	Controlada	Acionista	Total
Ativo						
Dividendos a receber (e)	15.870	-	15.870	14.920	-	14.920
	15.870	-	15.870	14.920	-	14.920
Passivo						
Fornecedores	-	1.114	1.114	-	1.111	1.111
Dividendos a pagar (d)	-	21.909	21.909	-	14.743	14.743
	-	23.023	23.023	-	15.854	15.854

17.2 Transações com partes relacionadas:

	Consolidado					
	2023			2022		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Resultado do período						
Receita operacional líquida (a) / (b) / (c)	35.926	-	35.926	33.058	-	33.058
Custos dos serviços (b)	(2.901)	-	(2.901)	(1.811)	-	(1.811)
Despesas gerais e administrativas	(1.103)	(1.114)	(2.217)	(1.504)	(1.111)	(2.615)
	31.922	(1.114)	30.808	29.743	(1.111)	28.632

	Controladora					
	2023			2022		
	Acionista	Total	Controlada	Acionista	Total	
Resultado do período						
Receita operacional líquida	-	-	10	-	10	
Despesas gerais e administrativas	(1.114)	(1.114)	-	(1.111)	(1.111)	
	(1.114)	(1.114)	10	(1.111)	(1.101)	

17.3. Principais transações com partes relacionadas:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo (Passivo)	Resultado do exercício
a)	Neoenergia Coelba e Neoenergia Parnam-pra	Contrato de compra e venda de energia elétrica	IPCA	20 anos	2032	702	7.400
b)	NC Energia	Contrato de comercialização de energia	IPCA	1 ano	2024	3.858	26.083
c)	NC Energia	Ressarcimento de energia	IPCA	1 ano	2024	(2.423)	-
d)	Renováveis	Dividendos a pagar	N/A	N/A	2024	(21.909)	-
e)	Calango 1, Calango 4, Calango 5, Caetité 1 e Caetité 2	Dividendos a receber	N/A	N/A	2024	15.870	-

17.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não houve remuneração da administração da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador.

18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Consolidado			
	2023		2022	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	10.339	34.782	10.937	28.730
Títulos e valores mobiliários	-	128.302	-	122.793
Contas a receber de clientes e outros	22.685	-	14.192	-
	33.024	163.084	25.136	151.523
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar	13.135	-	10.733	-
Empréstimos e financiamentos	155.439	-	179.898	-
Passivo de arrendamento	14.744	-	14.314	-
Outros passivos financeiros	847	-	827	-
	184.165	-	205.772	-

CA - Custo amortizado
VJR - Valor justo por meio do resultado

18.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 18.7, (análise de sensibilidade). **18.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Consolidado			
	2023		2022	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	34.782	34.782	28.730	28.730
Títulos e valores mobiliários	128.302	128.302	122.793	122.793
	163.084	163.084	151.523	151.523
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	155.439	155.439	179.898	179.898

dos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio,

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **18.5. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; e • Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados por CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **18.6. Métodos e técnicas de avaliação:** (i) Empréstimos e financiamentos: O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. **18.7. Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. - **Cenário Provável:** Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2023. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no Exposição Cenário Impacto Impacto				
			exercício (Saldo/ Prova- Cenário Cenário	(Saldo/ Prova- Cenário Cenário	(II)	(III)	
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	11,65%	175.153	20.366	(3.054)	(6.111)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, e Financiamentos							
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	6,53%	(165.756)	(14.023)	(1.624)	(3.247)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Operação	Indexador	Risco	Resultado do exercício
ATIVOS FINANCEIROS			
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	11,65%
PASSIVOS FINANCEIROS			
Empréstimos, e Financiamentos			
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	6,53%

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Nome	Função	Titular	Outros
Xabier Viteri	Presidente	Titulares	
Solange Maria Pinto Ribeiro	Conselheira		Juliano Pansanato de Souza
DIRETORIA EXECUTIVA			
Laura Cristina da Fonseca Porto	Diretora Presidente		
Leandro Adzgauskas Montanher	Diretor		Mariane Carvalho Medeiros
DIRETORIA DE CONTABILIDADE			
Rachel Alves Pascale	Contadora		
CRC-RJ-Nº 115915/O-3			
Luciana Maximino Maia	Diretora de Contabilidade		

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Força Eólica do Brasil I S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 18.064.625/0001-52 ("Companhia"), tendo examinado as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2023, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e complementares por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes Deloitte, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2024.
Xabier Viteri - Presidente do Conselho
Solange Maria Pinto Ribeiro - Conselheira
Laura Cristina da Fonseca Porto - Conselheira
Juliano Pansanato de Souza - Conselheiro

</